

## MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

### Gabinete do Ministro

#### Despacho n.º 9735/2008

Nos termos e ao abrigo do disposto nos artigos 112.º, n.º 1, 114.º e 172.º do Decreto-Lei n.º 275-A/2000, de 9 de Novembro, conjugado com o artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, é nomeado Director Nacional-Adjunto na Directoria do Porto da Polícia Judiciária, em comissão de serviço, o Procurador da República do Círculo Judicial da Figueira da Foz, Lic. João Manuel Batista Romão, possuidor de competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação adequadas ao exercício do cargo, como se evidência na súmula curricular, publicada em anexo ao presente despacho.

O presente despacho produz efeitos à data da sua assinatura.

4 de Março de 2008. — O Ministro da Justiça, *Alberto Bernardes Costa*.

#### Nota biográfica

Nome: João Manuel Batista Romão

Filiação: Manuel da Silva Romão e Alice Jorge

Naturalidade: S. Julião da Figueira da Foz

Data de nascimento: 07/02/1959

Procurador da República em Comissão de Serviço como Director Nacional Adjunto na Directoria do Porto da Polícia Judiciária

Habilitações académicas:

Licenciatura em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em Julho de 1984;

Curso de Pós-graduação em Psicologia Forense pelo Colégio Universitário de Altos Estudos -Porto, em 2002;

#### Actividade profissional:

Advogado estagiário na Comarca da Figueira da Foz até Setembro de 1985;

Auditor de Justiça do IV Curso Normal de Formação de Magistrados do Centro de Estudos Judiciários, em 1985/86;

Auditor de Justiça Estagiário do Ministério Público na Comarca de Cantanhede, em 1986/87;

Delegado do Procurador da República em regime de estágio na Comarca de Pombal entre Setembro de 1987 e Abril de 1988;

Delegado do Procurador da República estagiário com responsabilidade directa na Câmara de Acusações do Ministério Público na Comarca de Coimbra entre Maio a Dezembro de 1988;

Delegado do Procurador da República efectivo na Comarca de Trancoso com acumulação da Comarca da Meda entre 14/12/1988 e 14/02/1989; -Delegado do Procurador da República efectivo na Comarca do Porto de 15/12/1998 a 01/04/1997 a exercer funções nos seguintes Tribunais:

Tribunal de Instrução Criminal entre 21 de Fevereiro e Setembro de 1989;

Departamento de investigação e Acção Penal — 4.ª Secção do Ministério Público (Pereira Reis) do Tribunal Criminal entre 15/09/1989 a 15/09/93;

Tribunal de Menores entre 16/09/1993 a 15/09/1995;

Tribunal de Família entre 16/09/1995 a 01/04/1997.

Procurador-Adjunto no Tribunal Judicial da Comarca da Maia entre 02/04/1997 e 20/03/2001;

Procurador Coordenador do Círculo Judicial da Figueira da Foz entre 21/03/2001 e 06/03/2008;

Formador do Centro de Estudos Judiciários entre 1997 e Março de 2001;

Presidente da Comissão de Protecção de Menores da Maia entre 1997 a 1999;

Interlocutor do MP com a CPCJ da Figueira da Foz entre 2001 a 2003 e de Março de 2006 a Setembro de 2007.

#### Intervenções:

Colóquio sobre a Revisão do Código Penal, do Processo Penal e lei contra a Corrupção, organizado pelo Conselho Distrital do Porto da Ordem dos Advogados, Associação Sindical dos Magistrados Judiciais

e Sindicato dos Magistrados do Ministério Público — Hotel Sheraton do Porto em 23 e 24 de Abril de 1993;

Encontro organizado pelos Centros de Saúde de Vila Nova de Gaia no Ano Internacional de Família sobre o tema “Família — que futuro?” — Pavilhão da Misericórdia da Vila Nova de Gaia em 25/10/1994;

Palestra em 19/03/1995 sobre o tema “Os Direitos da Criança” a convite da Associação dos Alunos da Escola Superior de Educação do Porto;

Palestra em 23/06/1995 sobre o tema “Crianças em Risco — Perspectivas Jurídicas” em colóquio organizado pelo Serviço Social da Maternidade Júlio Dinis do Porto;

Palestra em 10/03/2005 sobre o tema “A Criança Mal Tratada e Negligenciada — Que Intervenções” no âmbito do colóquio organizado pelo Instituto Superior Jean Piaget no Arcozelo — Gaia;

Palestra em 19/06/1997 sobre o tema “Direito da Família e Articulação dos Serviços na Comunidade” no Instituto de Clínica Geral da Zona Norte do Porto para Profissionais e Técnicos de Saúde;

Intervenção em 25/02/1998 em colóquio no Centro de Estudos Judiciários e dirigido aos Auditores de Justiça do XVI Curso Normal de Formação de Magistrados sobre o tema “Trabalho infantil em Portugal”;

Intervenção em 21/01/2001 nas Primeiras Jornadas de Saúde Mental e Psiquiatria do Hospital Magalhães de Lemos no Porto sobre o tema “O Internamente Compulsivo -Implicações Ético-Legais”;

Intervenção no Fórum Vida, Saúde e Qualidade ao longo do Ciclo Vital organizado pelas Câmaras da Figueira da Foz, Montemor-o-velho e Soure sobre o tema “Intervenção na Família e nos Menores” em 25 e 26/10/2001, na Escola Profissional de Montemor-o-velho;

Intervenção no Seminário sobre “Violência Familiar: Que respostas na Comunidade?” organizado pela rede Interinstitucional de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica e Hospital Sobral Cid e Hospital da Figueira da Foz em 24/10/2005, no Centro de Artes e Espectáculos desta cidade;

## Secretaria-Geral

#### Aviso n.º 10317/2008

Considerando a conclusão, com efeitos a 1 de Janeiro de 2008, dos processos de fusão e de reestruturação encetados na sequência da entrada em vigor da nova Lei Orgânica da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, aprovada pelo Decreto Regulamentar n.º 50/2007, de 27 de Abril, determinada a sua estrutura nuclear, constante da Portaria n.º 514/2007, de 30 de Abril, e flexível, por meu despacho de 21 de Maio de 2007, proferido ao abrigo do estatuído no artigo 21º da lei n.º 4/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, pelo Decreto-Lei n.º 200/2006, de 25 de Outubro, e pelo Decreto-Lei n.º 105/2007, de 3 de Abril, e na alínea f) do n.º 1 do artigo 7º da lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, dentro dos limites fixados na Portaria n.º 557/2007, de 30 de Abril, importa proceder à nomeação dos dirigentes intermédios de 2º grau, com vista a operacionalizar a nova estrutura orgânica do serviço;

Considerando que os titulares dos cargos de direcção intermédia de 2º grau são recrutados de entre funcionários dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo, que reúnam os requisitos previstos no artigo 20º da lei 2/2004, de 7 de Abril, republicada pela lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, designadamente, licenciatura e quatro anos de experiência profissional na carreira técnica superior, com o perfil, experiência, conhecimentos e formação adequados, nos termos dos artigos 11º e 12º do mesmo diploma, devendo, aqueles que não sejam possuidores da formação específica prevista naqueles dispositivos legais e na Portaria n.º 1141/2005, de 8 de Novembro, frequentar o correspondente curso nos dois primeiros anos de exercício de funções;

Considerando que os cargos dirigentes podem ser exercidos em regime de substituição, com observância de todos os requisitos legais exigidos para o provimento do cargo, nos termos do artigo 27º do diploma supra referido, nos casos de impedimento e ausência do titular ou, como se verifica, em caso de vacatura do lugar;

Considerando que o licenciado Rogério Paulo da Cruz Gomes Vigário de Matos, técnico superior do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, reúne todas as condições para o exercício das funções, sendo detentor do perfil, da experiência, dos conhecimentos